

OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: *LOCI* DE DESENVOLVIMENTO DO PAPEL SOCIAL, POLÍTICO E ÉTICO DA MAGISTRATURA

Paulo Afonso Brum Vaz

Desembargador Federal Corregedor-Regional do TRF4

Mestre em Poder Judiciário (FGV)

Doutorando do PPG Direito Unisinos

O problema é que sempre buscamos a racionalidade para a decisão na cabeça, na sabedoria e na ciência, mas muitas vezes ela está no espírito, no amor e no coração.

INTRODUÇÃO

No modelo de ideal, os Juizados Especiais deveriam ser um meio simplificado, expedito e hábil posto à disposição de qualquer pessoa para a solução dos conflitos gerados das relações sociais, independentemente dos seus recursos econômicos, sociais e culturais. No entanto, as dificuldades de uma instituição fechada e burocrática, funcionando com base em um procedimento saturado de formalismo e delimitado pela ideologia burguesa, constituem barreiras intransponíveis às classes menos favorecidas, a grande maioria das pessoas que recorrem aos JEFs, à obtenção de respostas justas.

Poder-se-ia pensar em algumas soluções para o problema da democratização do acesso à Justiça especializada dos Juizados, como trazer para mais perto dos cidadãos os JEFs, talvez localizando a estrutura física desses nos bairros pobres, ao invés de aeroportos (onde não estão os pobres!). Mas isso, suspeito, não seria suficiente. O que proponho é uma profunda metamorfose, que passa pela assunção de um caráter institucional proativo, superando a característica tradicional de passividade (inércia), para assumir atitudes ativas, não apenas no sentido da gratuidade, da celeridade, da informalidade e da economia processual, mas, sim, compreendendo atributos outros, mais ousados, tanto na esfera

procedimental¹ como substantiva. É dessa verdadeira revolução que passo a tratar.

1. COMPROMISSO COM A SUPERAÇÃO DAS VULNERABILIDADES DAS PARTES NO PROCESSO

É justamente o caráter proativo que inspira a funcionalidade e o papel dos Juizados Especiais, a pedra de toque da atenuação das diferenças entre as partes, provenientes, na grande maioria dos casos, do fato de contarem com melhores condições financeiras e, por conseguinte, de poderem contratar melhores advogados e suportar mais comodamente a demora do processo. Os interesses da parte hipossuficiente poderiam atingir um patamar de igualdade diante da probabilidade de obter o direito litigado, sem que as vantagens da outra parte sejam determinantes para a decisão da causa em seu favor. Falo de um tratamento diferenciado que os põem em condições de igualdade com os litigantes contumazes, que povoam em larga escala os escaninhos dos JEFs, o que Souza (2008) chamou de *parcialidade positiva*, asseverando ser a pobreza a principal barreira externa (tendão de aquiles) da igualdade processual e do acesso à justiça: “O sistema, na verdade, não funciona para “o homem comum” (Gelsi Bidart). O cidadão, em geral, ou bem tem uma justiça (sua defesa) de segunda categoria ou simplesmente não conta com possibilidade de acesso à jurisdição, nem a outras opções alternativas, se é que elas efetivamente existem. Qualquer tentativa de análise do tema, pragmaticamente, demonstra que um aspecto é a possibilidade de se valer do devido processo legal adjetivo para os ricos, e outra para aquele que, de fato, envolvido em sua pobreza, quer usar a vestimenta de litigante. Tudo o mais não passa de simples retórica. É por isso que se exige para a solução dos conflitos uma urgente e desesperada mudança fundamental

¹ Vejo nos JEFs, v.g., um campo experimental largo para inovações procedimentais de monta: a mitigação de dogmas processuais hoje incompatíveis com a hipercomplexidade e a fluidez das relações sociais, tais como os princípios da demanda, do dispositivo e da coisa julgada. Com efeito, a sociedade pós-moderna e assim o direito pós-moderno, reescritos os paradigmas abstracionistas da modernidade, foram totalmente tomados por transformações que superam as ideias de certeza, estabilidade e imutabilidade.

e suficiente, que vá além do que atualmente se vem oferecendo, a fim de que a jurisdição seja uma atividade efetivamente igualitária” (2008: 214).

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO PELO INCENTIVO À CONCILIAÇÃO, TENDO COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE A EQUIPARAÇÃO DAS PARTES

Mas, nada obstante essa mudança, o processo decisório permaneceria inacessível aos hipossuficientes. Por isso, penso ser fundamental, como condição de possibilidade da verdadeira inclusão dos excluídos, a democratização da jurisdição. Nos Juizados Especiais vamos encontrar um *locus* adequado para o incentivo e o empoderamento das partes à consensualidade, opção primeira para a solução do conflito, preferentemente antes de instalado o litígio.

A verdadeira revolução copernicana em termos de ADRs reside, pois, não na superação da prioridade, da importância e da confiança que o sistema de justiça confere ao modelo de solução adjudicada, mas, sim, na abertura deste modelo para a efetiva participação das partes no processo decisório. Deixando de ser mera alternativa, incumbe ao Judiciário, por meio de práticas incentivadoras (proativas, portanto), dar efetividade ao direito subjetivo das partes de autocomposição do conflito. Para que se concretize o exercício do direito fundamental/princípio constitucional da consensualidade, previsto também em diversas regras processuais, é preciso inverter a lógica de aguardar a iniciativa das partes, nem sempre conscientes ou *empoderadas*, devido à conhecida *opacidade anômica do direito*, para adotar-se uma postura que cria condições favoráveis ao acordo e se esforça por apagar as arestas existentes entre os conflitantes.²

A mediação e a conciliação são métodos de abordagem destinados ao reconhecimento das pretensões de validade normativa apresentadas face à situação de conflito, ou seja, destinados à composição do conflito pressupondo a formação de consenso (ao menos quanto à capacidade dos

² Em boa medida, podemos encontrar inspiração na lição espírita: “Devemos evitar julgar e procurar ser um mediador da vida. Mediar é algo diferente de julgar. O mediador tem como função gerar um campo de escuta e estabelecer uma ponte entre os aspectos envolvidos no conflito” (Divaldo Franco, *Refletindo a Alma*, p. 288-9).

participantes enunciarem cada qual sua pretensão de validade), que se concretiza no plano material essencialmente mediante táticas psicológicas aplicadas que visam a corrigir as percepções, reduzir medos irracionais e melhorar a comunicação a tal ponto que permita a ocorrência de uma discussão razoável e a negociação racional (Moore, 1998:145-168). Temos de admitir, então, que a intermediação judicial há que se concretizar pela via de práticas republicanas e democráticas, que vão desde a oportunidade (que muitas vezes não é dada), passando pela eliminação das eventuais deficiências culturais e econômicas, até o perfeito esclarecimento sobre o conteúdo da demanda e as vantagens da autocomposição.

Podemos resumir isso sugerindo que cumpre ao Judiciário criar condições favoráveis ao *empoderamento* das partes, sobretudo as mais débeis, para que: (1) entendam o conflito em seus contornos; (2) conheçam os modelos decisórios disponíveis; (3) escolham o tipo de solução que pretendem; (4) posicionem-se conscientemente quanto a essa solução, sopesando possíveis ganhos e perdas; e (5) participem efetivamente do diálogo comunicativo que precede ao consenso, fazendo valer suas pretensões de comprovação da veracidade e juridicidade.

A equiparação das partes nas práticas acordistas da Justiça Federal é fundamental porque assume o compromisso com a atenuação (se não é possível falar em eliminação) das disparidades em amplo sentido existentes entre os grandes litigantes, entidades públicas que se enquadram no conceito de litigantes habituais na referida justiça, tais como a União, o INSS e a Caixa Econômica Federal, e os litigantes ocasionais, em geral hipossuficientes, embora não necessariamente no sentido econômico. Atende, neste sentido, a uma preocupação realçada por Galanter (1994: 4-5), voltada à recomposição do desequilíbrio entre o litigante habitual e o litigante ocasional. A desigualdade entre as partes ou disparidades mais significativas no uso da lei e dos serviços judiciais não apenas entre os indivíduos ricos e pobres, mas também entre os indivíduos e as organizações, nomeadamente as estatais. Dessa maneira, o objetivo primordial não seria apenas disponibilizar ao hipossuficiente a mesma qualidade e extensão dos serviços ofertados ao rico, mas, também, a partir da realidade sociológica daqueles que se utilizam do sistema de justiça, é dizer, considerando as diferenças entre as partes e o efeito que estas diferenças podem ter no modo como o sistema funciona, estabelecer

uma distinção entre o litigante habitual (“*repeat players*”) e o litigante ocasional (“*one-shotters*”).

Os fatores estruturais das partes apresentam-se como um aspecto determinante para o desequilíbrio entre estas. Enquanto para as organizações governamentais o litígio é um fato rotineiro e recorrente, para o particular é um fato isolado, ocasional, o que acarreta uma situação de vantagem para o ente público. Nos JEFs, o maior litigante é o INSS, com 73,1% do total dos processos (os processos tratando de matéria previdenciária representam 70,6% do total).³

Podemos listar sucintamente, adaptando à realidade da Justiça Federal as constatações de Galanter (1994:4-5), algumas vantagens que um litigante habitual, como o INSS tem em relação ao litigante ocasional: 1. o acesso imediato a profissionais especialistas, notadamente estruturas de procuradorias jurídicas compostas por advogados capacitados, para atuarem em suas causas; 2. a maior experiência de prever resultados e poder estruturar a sua atuação em juízo elaborando estratégias e desenvolvendo grande “expertise” de atuação judicial com o emprego de técnicas de economia de escala, em razão da quantidade de casos, enquanto o litigante ocasional, por outro lado, tem mais dificuldade em testar estratégias e comprometer-se até mesmo no sentido de negociar o direito pretendido; 3. oportunidades de desenvolver relações informais com servidores do Poder Judiciário e juízes, interferindo mais próxima e diretamente nas instâncias decisórias, enquanto o litigante eventual é sempre um desconhecido para o Poder Judiciário; 4. o litigante habitual pode aguardar o tempo que for necessário para obter um resultado satisfatório no deslinde da causa, enquanto o ocasional não possui recursos suficientes para aguardar, circunstância que, muitas vezes, prejudica a espera pelo reconhecimento do direito ao qual faz jus e o pressiona a aceitar propostas de acordos que apenas significam unilateral supressão de direitos; 6. supondo que os valores em discussão sejam relativamente menores para os litigantes habituais, estes podem adotar estratégias calculadas para maximizar os ganhos sobre uma longa série de casos,

³ Pesquisa do CEJ do CJF – Justiça Federal, elaborada pelo IPEA. In: *Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012, p. 108.

mesmo quando isto envolve o risco da perda máxima em alguns casos, enquanto o litigante ocasional, em regra o hipossuficiente, não pode adotar a mesma postura, porquanto a perda de uma causa pode representar grande prejuízo, até mesmo à manutenção da sua sobrevivência.

O empoderamento, que compreende o equilíbrio e a preocupação com as vulnerabilidades referidas, virtudes e funcionalidades que hodiernamente se exige de qualquer espécie de processo que se assuma democrático, responde a uma das críticas mais severas às práticas autocompositivas, que diz respeito à pressão que o hipossuficiente sofre no sentido de contentar-se, em acordos indecorosos, com a satisfação reduzida dos seus direitos, para não ter que esperar por muito tempo mais, ou seja, ser vitimado pela mora do Poder Judiciário que coloca o litigante habitual em condições de vantagem. Afirmei em outro trabalho, tratando de matéria previdenciária (2011), que, não raras vezes, diz-se assim para o autor: “Olhe, o seu direito é inequívoco, você realmente está incapaz, mas o devedor (INSS) está lhe oferecendo 80% do que você tem direito. Se você desejar receber a benesse relativa ao seu direito integralmente, terá que esperar ‘muito tempo’, uns dois ou três anos”. Nessa hipótese, o acordo, a partir de uma proposta de redução do valor efetivamente devido, é apenas um calote cancelado pelo Poder Judiciário. O direito reconhecido precisa ser satisfeito integralmente.

Embora não se possa adotar uma posição maniqueísta de demonização da decisão adjudicada e de sacralização das ADRs, “podemos ter certeza de que a conciliação não é uma solução inferior à consubstanciada nas sentenças dos juízes e acórdãos dos tribunais. Representa, ao contrário, um desfecho importante, pois aí, sim, resolvem-se as lides, encerram-se os problemas e, muitas vezes, apaziguam-se os ânimos. Maior é o juiz que, dentro da humildade que deve ter, dialoga horas a fio com os advogados e as partes, numa atitude democrática e termina os processos por acordo das partes. Este é mais vocacionado que aquele outro que está preocupado com sua brilhante erudição manifestada nas sentenças ricas de citações de doutrina e jurisprudência, mas que não enxergou os corações inseguros das partes batendo descompassados por detrás das falas de seus advogados”.

3. A HUMANIZAÇÃO E OS VALORES ESPIRITUAIS NAS DECISÕES: DEUS, AMOR E FRATERNIDADE

Há, no julgar os conflitos dos Juizados, uma inspiração que é haurida do espírito, da alma, e nos desafia como partes de um projeto maior, de convivência mais harmônica e justa entre os homens; que não se interessa só pelo material, mas pelo todo, que não se compreende apenas nas leis dos homens – nem sempre justas –, e no direito legislado – preocupado com as regras e não com as exceções –, mas, também, e muito mais, em princípios de ordem superior.

É uma espécie de filtro, que nos coloca a cada julgamento na posição daquele que bate à nossa porta para pedir ajuda; recomenda-nos que julgemos também com o espírito e o coração, fundamentos modelares para a razão jurídica; nos cobra a solidariedade em prol dos nossos irmãos mais necessitados; nos impulsiona para olhar cada causa com a profundidade que vai nos permitir ver, pelas frestas dos textos legais, o sentido da norma e do julgamento mais equânime, mais justo e hábil para atenuar o drama pessoal e humano que se esconde por trás de cada demanda que tramita nos JEFs, apenas este o julgamento correto e adequado.

A maior esperança da humanidade para o futuro está no nosso potencial individual de aprender a *amar*; na capacidade de usarmos essa força expansiva para resolvermos os problemas de todos os níveis da vida a partir da energia do amor. O juiz de juizado precisa refletir cada decisão sua como um ato de amor. O amor, enquanto fundamento humanizante da compreensão do direito, é uma variável indispensável no processo hermenêutico-decisório dos conflitos dos excluídos: permite ao juiz fugir do solipsismo, do ativismo, do decisionismo, do discricionarismo e do paternalismo e edificar a solução ótima aos interesses estabilizantes das expectativas sociais de equiparação dos empobrecidos e dos necessitados.

Não estou defendendo que o direito deva ser substituído pelo amor, nem que o amor deva fazer parte do direito positivado, tampouco concordo com a volta do jusnaturalismo e dos conceitos metafísicos. O amor, sob a forma de altruísmo, não é jurídico e não pode ser invocado, como único fundamento, para se restringir prerrogativas jurídicas ou para constituir obrigação ou dever.

Penso apenas que o amor é uma variável a ser considerada na compreensão dos textos legais, é um excelente reforço de argumentação a qualquer fundamento retórico, ainda que revestido de caráter jurídico, embora não seja utilizável como discurso jurídico que se esgota em si mesmo. A compreensão judicial, tenho dito, não se exaure no jurídico, é complexa e contempla também a espiritualidade como elemento intrínseco e subjetivo do juiz, decorrência mesmo de sua condição humana, que não o abandona diante do texto legal, nem o coloca numa zona de neutralidade quanto aos ideais de fraternidade.

Exigir que os juízes, ao ingressar na magistratura, abandonem suas convicções morais e religiosas pode ser uma forma de garantir a imparcialidade e a neutralidade. Na prática, entretanto, pode acontecer justamente o contrário. Decidir sobre questões sociais relevantes fingindo uma neutralidade que não pode ser alcançada é uma receita para o retrocesso e a alienação do direito. Uma justiça sem o comprometimento moral e espiritual substancial resulta pobre e intolerante, sobretudo cede um generoso espaço para as injustiças que a justiça prometeu evitar.

Mas diriam os juízes: não temos tempo para julgamentos personalizados e pautados pela solidariedade. A resposta está numa revisão dos nossos métodos de trabalho. Modelos próprios de perfeccionismo, de obsessão pelos resultados, de orgulho, somente servem para difundir uma atmosfera de agressividade, intolerância, insatisfação, aspereza e azedume. Modelos, por outro lado, inspirados nas fontes divinas espirituais vão nos trazer força e paz de espírito para buscarmos com o fruto do nosso trabalho os ideais de justiça que Deus nos constituiu instrumento. Oração e trabalho são as chaves para vencermos o desafio de estar sempre a serviço de Deus.

O *ora et labora*, de São Bento, mais de 1500 anos depois, continua sendo a melhor receita para o cumprimento de metas de produtividade. A oração sincera é o instrumento mais adequado para vencermos a nossa pesada carga de trabalho, que nos cobra resultados, planejamento minuto a minuto. Temos que produzir cada vez mais em menos tempo. A oração permite que não fiquemos cansados; faz com que o trabalho, embora árduo e excessivo, nos seja motivo de alegria interna. Lembremos nesta hora de nossos irmãos que choram por não ter um trabalho digno que lhes permita prover o sustento.

O cotidiano no trabalho não pode jamais ser abandonado pelas pessoas que buscam o espiritual, pelo contrário, deve ser penetrado pela oração e pela meditação. É o lugar onde o espírito pode exercer-se no amor, na paciência, no desprendimento, no respeito, na obediência e abertura para Deus e o próximo.

Não podemos olvidar que os Juizados Especiais Federais foram criados também para inverter a lógica e a racionalidade positivista legalista de interpretar a norma sem a preocupação com a busca da melhor solução para o caso concreto. Almejou-se exatamente a concepção de um seguimento do Poder Judiciário que estivesse vinculado diretamente à efetivação dos fins da República de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais – o desafio mais evidente na contemporaneidade é a inclusão social – e adredeamente instrumentalizou-se os juízes com o poder de julgar por *equidade*.

E *equidade* corresponde à compreensão dos textos legais a partir de circunstâncias que dizem respeito às pessoas, os sujeitos de direito. A **equidade** é o resultado de uma hermenêutica que atende cada vez mais às consequências prováveis de um modo de compreender o sentido e aplicar um texto de lei ou uma situação da vida valorizando o homem e o compromisso constitucional com o desenvolvimento de sua personalidade; quanto possível, busca uma conclusão benéfica e compatível com os direitos humanos e as ideias modernas de proteção aos hipossuficientes, enfim, de solidariedade e fraternidade humana.

O que defendo é uma nova concepção do Direito e da Justiça, cujas diretrizes estruturantes estejam baseadas em ideais distributivos, nas diferenças, nas vulnerabilidades, na espiritualidade e no amor, que nos investe todos na condição de soldados de uma batalha por melhor qualidade de vida para todos os excluídos. Nesse novo modelo, o Direito não está mais centrado na estatalidade e na coerção e a Justiça apenas se legitima quando encontra na sensibilidade e na energia positiva do amor a melhor solução para o caso concreto. A práxis da verdadeira Justiça Cidadã almejada pelos Juizados Especiais está comprometida com a humanização do Direito.

No Poder Judiciário massificado, as partes se transformam em número (o do processo). No emaranhado de leis e ritos, acabamos por olvidar que lidar com problemas de outras pessoas demanda mais do que o mero

conhecimento do sistema jurídico. Exige compreensão, sensibilidade e amor pelo outro, pelas pessoas. O juiz humanista consegue perceber que por trás de cada processo há vida, e cuida de preservá-la.

JEFS E O PARADOXO DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA: ENTRE OS DESAFIOS DA QUANTIDADE E DA QUALIDADE

Tudo já se disse sobre a necessidade de redimensionamento do tempo do processo. A crise da demora, nada obstante o dever constitucional de agilidade, parece não ceder diante dos remédios prescritos. E o pior, tais remédios produzem efeitos colaterais indesejados. Tomada a perspectiva material, é fácil perceber que a sacralização dos números, da produtividade e das estatísticas – e a consequente demonização da qualidade – produz um efeito absolutamente nefasto para a qualidade da prestação jurisdicional. Melhor dizendo, abala a essência mesma da ideia de justiça; ama as mutações e transforma os jurisdicionados (sujeitos e suas aparências) em números, ou dados desumanizados, que precisam, com a máxima urgência, ser baixados do banco de dados do sistema informatizado dos tribunais. Não interessa de que forma. Sob o “fetiche dos números”, tudo é válido, desde que se julgue com rapidez (pressa). É válido dizer “qualquer coisa sobre qualquer coisa”. A fundamentação fica cada vez mais escassa. A hermenêutica cede espaço à ressurreição de uma vertente positivista (exegética) que há muito ficou démodé.

É verdade. Quando se pensou que a técnica de julgar a partir da literalidade da lei (como quiseram os juristas franceses da codificação) estivesse exorcizada, ela renasce com toda a força. Vemos, para dizer o menos, quatro maneiras de sonegar a fundamentação da decisão: a primeira, compreender/aplicar para depois fundamentar; a segunda, é cindir interpretação e aplicação conferindo ao direito uma mera racionalidade instrumental; a terceira, é tanto afirmar que a solução está no texto da lei, incorrendo numa confusão entre texto e norma, como não levar a sério o próprio texto e o que ele tem a dizer; a quarta, é apelar para o solipsismo, julgando com base no discricionarismo, na opinião pessoal, no subjetivismo, na hermenêutica da consciência e no desprezo à existência e à experiência do outro, prática tão estéril quanto pode ser o menoscabo à tradição jurídica.

O novo paradigma de justiça instituído pelo Estado Democrático de Direito, incompatível com a matriz positivista, superou a ideia do direito como sistema de regras e a racionalidade lógico-formal causa e efeito, trazendo a lume a hermenêutica principiológica de matriz constitucional (neoconstitucionalismo), ou seja, introduzindo no discurso constitucional os *princípios*, cujo papel é representar a efetiva possibilidade de resgate do mundo prático (faticidade) até então sequestrado pelo positivismo e, muito importante, a acomodação da moral ao direito.

Por outro lado, não se pode confundir sumarização com pressa e açodamento. A insistência em afirmar, equivocadamente, que os JEFs foram criados “apenas” para agilizar a prestação jurisdicional, que são meros instrumentos de celeridade, produz um artificialismo catastrófico e sem precedentes na história do Poder Judiciário brasileiro. Ecoa esta assertiva apológica do “vale tudo” como uma espécie de salvo conduto para todos os atropelos e vilipêndios de garantias seculares no subsistema dos juizados. Ao impulsionar os processos para uma solução tão rápida o quanto possível, os juízes, contaminados pelo imediatismo sistêmico, vezes sem conta, descutam da instrução do processo, fugindo da faticidade e da fenomenologia e conduzindo o processo para uma decisão que apenas reprisa signos do texto sem fechar o círculo hermenêutico.

Suspeitamos estar madura, então, uma (re)ação contra este estado de coisas. É o momento de desencadear uma outra batalha épica: a luta para debelar a segunda crise dos JEFs (a primeira foi contra os números). Urge, pois, voltar a atenção à solução dos eclipses de identidade e legitimidade; avançar, e muito, no campo da responsabilidade social, na busca do papel que o constitucionalismo conferiu aos Juizados Especiais. Este papel constitucional atribuído ao subsistema dos juizados coloca os seus juízes na condição de agentes de transformação social, impõe-lhes algo mais além daquilo que podem encontrar nos textos da lei e na dogmática jurídica, uma inspiração que precisam haurir dos princípios constitucionais e da hermenêutica, esta que permite o olhar mais profundo para o contexto sócio-político que constitui o cenário de sua intervenção jurisdicional no Estado Democrático de Direito, que nada mais representa do que a vinculação do Estado ao compromisso de efetivação dos Direitos Fundamentais, de lhes dar sensibilidade social,

para que passem do plano do reconhecimento para o da efetivação, para que deixem de ser meras manifestações de propósitos sem consequência prática no mundo fenomênico.

Se esta missão demanda reflexão, estudo e esmero na fundamentação para que seja forjada a decisão correta, que deve ser a melhor possível e não a mais breve possível, tem-se de dar tempo aos seus prolores, sob pena de estarmos a criar máquinas de decidir, verdadeiras linhas de produção de soluções, que transformam justiça em mercadoria, empilhando decisões que a ninguém aproveitam, que não refletem qualquer compromisso, nem com a justiça, nem com o direito, nem com a sociedade, nem com a democracia, muito menos com os objetivos republicanos insertos na Constituição.

É por isso que, diz Boaventura (2011: 101-2), “nós não podemos valorizar apenas a rapidez da justiça. A um magistrado treinado no positivismo jurídico exigirá mais estudo e mais tempo uma decisão que aceite uma concepção social de propriedade. A imposição da rapidez levá-lo-á à rotina, a evitar os processos e os domínios jurídicos que obriguem a decisões mais complexas, inovadoras ou controversas. Também, por isso, o sistema de avaliação dos magistrados tem que ser totalmente modificado. Em Portugal, por exemplo, o magistrado é, sobretudo, avaliado pela quantidade de processos que despacha, não pela quantidade das suas sentenças. Enquanto a quantidade for o critério, como é que vamos ter bons magistrados? Eles não têm tempo para pensar. Não há incentivo, de fato, a que pensem, a que façam pesquisa para poderem produzir uma boa decisão. Portanto, não é só a seleção ou a formação que estão em causa, é, também, a promoção dentro da carreira, é a avaliação”.

O abuso das ideologias utilitaristas assimiladas pelo capitalismo, não escondendo as tendenciosas defesas neoliberais de retirada do Estado Social, para assumir o seu lugar – oferecendo, em substituição, a quem puder pagar os seus serviços remunerados – por exemplo, representa verdadeira ignomínia ao invés de justiça, não está em consonância nem com o direito, nem com a igualdade, os dois sentidos da justiça. Com efeito, a justiça não é apenas um contrato de utilidade como quis Epicuro, nem reflete a ideia de otimização do bem-estar coletivo, como sustentaram Bentham e Mill, admitindo que pode ser justo sacrificar o

direito de alguns, ainda que indefesos, para a felicidade de quase todos, se isso é justamente o que a justiça deveria proibir.

A persistir o estado de coisas que hoje vivenciamos, muito cedo perderão os Juizados Especiais Federais sua identidade, solapada pelo abismo que se cria entre as expectativas sociais acerca da sua concepção e papel no contexto sócio-jurídico e a sua experiência, e com ela a legitimidade, que se esvai na descrença da solução correta e justa, incentivando a busca da concretização de direitos reconhecidos em instâncias a margem do Estado e da lei.

Se o Estado-juíz deseja render homenagem ao modelo produtivo do capitalismo liberal, criando ele também sua fábrica (fordista) de decisões, robotizada e de larga escala, cujo produto é descartável e alheio às necessidades sociais, inacessível aos excluídos do próprio capitalismo, arrastando consigo a ideologia das classes burguesas, como disse Foucault, precisa compreender que a manutenção da legitimidade pressupõe um insumo de lealdade de massa.

O desafio dos JEFs é buscar o equilíbrio entre a quantidade e a qualidade, e se vamos mesmo levar a sério o paradigma das organizações privadas, como tem proposto a cúpula do Poder Judiciário, que não esqueçamos então do chamado “Controle de Qualidade Total” (TQC), atestando que o produto que colocamos no mercado satisfaz e até supera as expectativas dos nossos clientes, é dizer, que passou pelo teste do “nível-zero” de defeitos.

4. CONCLUSÃO

Para concluir, deixo uma questão à reflexão. Da forma como avança a tendência de regulação social pelo direito, que parece pretender disciplinar os mínimos detalhes de todos os aspectos da vida social, trabalho, lazer, participação política, relações com o Estado Fiscal e Previdenciária etc,⁴ acompanhada de objetivação dos conflitos pelo

⁴ Carnelluti, já faz algum tempo, advertia: “A multiplicação das leis jurídicas, semelhante à multiplicação das leis naturais, faz com que o cidadão, que, para observá-las deveria conhecê-las, já não tem condições de fazê-lo. A publicação dessas leis como condução de sua imperatividade mudou de caráter, de presunção, convertendo-se em ficção. O homem da rua, entre a miscelânea de leis, anda cada vez mais desorientado...” (2004: 11).

Poder Judiciário e da disparada tecnológica no campo eletrônico-informático, bem cedo passaremos a discutir sobre a possibilidade de a automação eletrônica substituir a decisão humana. Seria a desvinculação da concretização ou a automação da metódica do direito, que Müller chamou de axiomatizabilidade do direito constitucional. Em tom pessimista disse o filósofo alemão que “procedimentos automáticos da aplicação do direito (*Rechtsgewinnung*) fazem sentido onde a aplicação do direito não se apresenta como concretização, mas no sentido daquilo que o positivismo legalista designa como subsunção, como ‘aplicação’” (2010: 86).

BIBLIOGRAFIA

BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados Especiais: a nova mediação paraprocessual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CARNELUTI, Francesco et al. *A morte do direito*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo horizonte: Líder, 2004.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GALANTER, Marc. A Justiça não se encontra apenas nos tribunais. In: HESPAÑA, Antonio (org.), *Justiça e litigiosidade: história e perspectiva*. Lisboa: Coloustre Gulbenkian, 1993.

_____. Why the “Haves” Come Out Ahead: Speculations on the Limits of Legal Change. Originally published in Volume 9:1 *Law and Society Review*, 1974. Reprinted (with corrections). In: COTTERRELL, R. (Ed.) *Law and Society*, Aldershot, Dartmouth, 1994. Disponível em: <<http://marcgalanter.net/>>. Acesso em 15 abr. 2009.

MARQUES, Luiz Guilherme. A conciliação sob a ótica dos ortodoxos e heterodoxos (2005). *Revista Jus Vigilantibus*. <Disponível em: jusvi.com/artigos/17037>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MOORE, Christopher W. *O Processo de Mediação*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MÜLLER, Friedrich. *Metodologia do Direito Constitucional*. 4. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRIGOGINE, Ilya. *Las Leyes del caos*. Trad. Juan Vivanco. Barcelona: Crítica, 2004.

_____. *O fim das certezas*. São Paulo: Trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo: UNESP, 1996.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Substancialização e efetividade do Direito Processual Civil*: a sumariedade material da jurisdição: proposta de estabilização da tutela antecipada em relação ao projeto de Novo CPC. Curitiba: Juruá, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Para uma revolução democrática da Justiça*. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA NICÁCIO, Camila. Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. In: *Conciliação, um caminho para a paz social*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012, v.1, p. 25-46.

SOUZA, Artur César de. *A Parcialidade Positiva do Juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001.

_____. *Surfando na pororoca*: o ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WALDRON, Jeremy. *A dignidade da Legislação*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WATANABE, Kazuo. Política pública do Poder Judiciário Nacional para o tratamento adequado dos conflitos de interesses. In: PELUZO, Antonio Cezar; RICH, Morgana de Almeida (coord.). *Conciliação e Mediação*: estruturação da política judiciária nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 3-9.

WOLKMER, Antonio C. *Pluralismo Jurídico*: Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

VAZ, Paulo Afonso B.; TAKAHASHI, Bruno. Barreiras da conciliação na seguridade social e a política de tratamento dos conflitos. *Revista CEJ*, v. 15, n. 55, set./dez. 2011.

ZAGREBELSKI, Gustavo. *El Derecho Dúctil: Ley, derechos, justicia*. Traducción de Marina Gascón. Madrid: Trotta, 2002.